



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI
GABINETE DO PREFEITO



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 192/2022

EMENTA: “INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL EM APOIO E DEFESA DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS DA COVID-19”.

Senhor Presidente,

Pelo presente, ao receber desta Casa Legislativa o Projeto de Lei epigrafado para respectiva sanção, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal, procuramos analisá-lo atentamente, fazendo com que nossa decisão repouse na trilha da regularidade e da legalidade.

A proposição visa impor ao Poder Executivo Municipal a **obrigatoriedade de realizar “atividades em todo o município, anualmente, em torno das políticas públicas necessárias à promoção dos direitos das vítimas da COVID-19”**.

Note-se que o projeto de lei estabelece a necessidade de realização de “palestras, debates, campanhas educativas” e “mobilizações”.

Por fim, o artigo 2º. Do referido Projeto reconhece que as ações propostas geram “despesas”, prevendo, se necessário for, a **suplementação do orçamento**.

Desde já convém frisar que a Secretaria Municipal de Saúde já tem ações contra o COVID-19 programadas, **de forma contínua**, abrangendo, inclusive, ações para informação a população sobre a doença (COVID-19).

Assim, em que pese a nobre intenção dos legisladores, convém destacar que o Projeto de Lei padece de **vício de iniciativa**, eis que invade competência privativa do Executivo Municipal, criando **comandos de autêntica gestão administrativa**, impondo à Administração a prática de ações concretas no que diz respeito à organização de funcionamento da administração municipal, o que constitui atividade de natureza eminentemente administrativa.

Desta forma, a decisão sobre fazer ou não palestras, campanhas educativas, entre outras, bem como a constância de suas realizações insere-se no âmbito da **competência privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública**.

Essa é a exegese da Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí, RJ, em especial seu artigo 68, *verbis*:

Art. 68 - Compete privativamente ao Prefeito:
(...)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI
GABINETE DO PREFEITO



VIII - *dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal*, na forma da lei;

Como bem fundamenta o Ministro Celso de Mello em julgamento de ADI:

“O **princípio constitucional da reserva da administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo** (...). Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredir o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultravires do **Poder Legislativo que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar os limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais**. (ADI-MC nº 2.364/AL DJ de 14/12/2001, p.23, Rel. Min. Celso de Mello)

Destarte, em atenção ao princípio da reserva da administração, o veto ao projeto de lei sob exame é medida que se impõe, eis que versa sobre matéria de competência privativa do Prefeito Municipal, mostrando-se inconstitucional a proposição apresentada.

Ademais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que:

Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Portanto, é inconstitucional em sua inteireza Lei de iniciativa do poder Legislativo Municipal que viole os Princípios da Separação e Equilíbrio dos Poderes, não se podendo reconhecê-la parcialmente constitucional, como é o caso do presente projeto de lei.

Com efeito, esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência no sentido de que há inconstitucionalidade formal na Lei de iniciativa parlamentar que disponha sobre criação, estruturação e atribuições das secretarias e de órgãos da administração pública, por ser matéria de competência exclusiva do Executivo (ADIs nº 2.808-1 e nº 3.751-0).

Além disso, o Projeto de Lei cria despesas ao Município, mas não indica fonte de custeio, não fixa prazo razoável para sua implementação e **não foi precedido de impacto orçamentário-financeiro**, restando evidenciada ainda a afronta ao **artigo 167 da Constituição Federal de 1988** e ao **artigo 16 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal**, ambos *in verbis*:

Art. 167 - São vedados:

1 - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI
GABINETE DO PREFEITO



Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Desta forma, com fulcro no artigo 55, § 2º, c/c art. 68, V, da LOM, é o presente para VETAR totalmente o Projeto pautado, ante as razões acima expostas, esperando que essa Casa Legislativa, acolha o respectivo veto, renovando os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Barra do Piraí, RJ, 21 de novembro de 2022.

MÁRIO REIS ESTEVES
Prefeito

Exmo. Sr. THIAGO FELIPE PONCIANO SOARES
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA

Projeto de Lei nº 192/2022

Encaminhei 18/11/22

Senhor Prefeito:

Le Para decisão quanto à sanção ou veto.

Parecer do Consultor Legislativo

Sanção ()

Veto ()

Parecer da Secretária

Sanção ()

Veto ()

A Câmara Municipal
sua atribuições legais
sanciona a seguinte lei

Art. 1º - Fica criada a
Semana Municipal das
Vítimas da COVID-19

§1º - A Semana Municipal
da COVID-19 tem por objetivo

promover, em torno das políticas públicas necessárias à promoção dos direitos das vítimas da COVID-19, em particular os direitos às políticas públicas de Seguridade Social (Saúde, Assistência e Previdência Social).

§2º - Durante essa semana serão realizadas palestras, debates, campanhas educativas por meios de comunicação e redes sociais e mobilizações com o objetivo de proporcionar uma adequada informação às vítimas da COVID-19, seus familiares e a população em geral sobre as consequências da pandemia do coronavírus.

§3º - A abertura da Semana se dará no Dia Nacional da Vacinação, e entre as suas atividades constarão sempre a educação sanitária para a necessidade e diretrizes da imunização da população contra a COVID-19.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

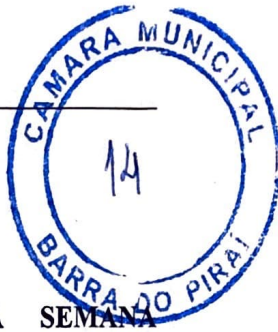
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE 1º DE NOVEMBRO DE 2022
(APROVADO EM REUNIÃO PLENÁRIA DE 1º/11/2022)

Thiago Ponciano Soares
THIAGO FELIPE PONCIANO SOARES
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 192/2022
Autor: Pedro Fernando de Souza Alves

Pirai



022

INSTITUI A SEMANA
DE APOIO E DEFESA DAS
VÍTIMAS DA COVID-19

em Janeiro, no uso de
do Poder Executivo

dos Direitos das
vítimas da COVID-19

Vítimas da
COVID-19, anualmente,

em torno das políticas públicas necessárias à promoção dos direitos das vítimas da COVID-19, em particular os direitos às políticas públicas de Seguridade Social (Saúde, Assistência e Previdência Social).



Câmara Municipal de Barra do Piraí

Gabinete da Presidência



Lei Municipal nº _____ de _____ de 2022

EMENTA: “INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL EM APOIO E DEFESA DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS DA COVID-19”.

A Câmara Municipal de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Representante Legal do Poder Executivo sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Semana Municipal em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19, com início no dia 17 de outubro de cada ano.

§1º - A Semana Municipal em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19 tem por objetivo realizar atividades, em todo o Município, anualmente, em torno das políticas públicas necessárias à promoção dos direitos das vítimas da COVID-19, em particular os direitos às políticas públicas de Seguridade Social (Saúde, Assistência e Previdência Social).

§2º - Durante essa semana serão realizadas palestras, debates, campanhas educativas por meios de comunicação e redes sociais e mobilizações com o objetivo de proporcionar uma adequada informação às vítimas da COVID-19, seus familiares e a população em geral sobre as consequências da pandemia do coronavírus.

§3º - A abertura da Semana se dará no Dia Nacional da Vacinação, e entre as suas atividades constarão sempre a educação sanitária para a necessidade e diretrizes da imunização da população contra a COVID-19.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE 1º DE NOVEMBRO DE 2022
(APROVADO EM REUNIÃO PLENÁRIA DE 1º/11/2022)

THIAGO FELIPE PONCIANO SOARES
PRESIDENTE

Elisabete Blazutti - PROJETO DE LEI Nº192-2022

De: Elisabete Blazutti
Para: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Data: 11/11/2022 18:33
Assunto: PROJETO DE LEI Nº192-2022
CC: Gabinete Saúde
Anexos: PROJETO DE LEI Nº192-2022.PDF



Resposta Solicitada: Quando Conveniente

Senhor(a) Secretário(a):

Para parecer técnico quanto a sanção ou veto ao Projeto de lei nº 192 /2022_. Em caso de veto, justificar.

Caso entenda não ser de competência de sua Secretaria, peço a gentileza de responder imediatamente o e-mail, informando ainda qual secretaria entende ser a responsável pela matéria, evitando a perda do prazo.

Não é necessário autuar esse projeto, após seu parecer o mesmo será enviado ao Consultor Legislativo, para avaliação e posterior decisão do Sr. Prefeito.

Prazo para devolução: 23 DE NOVEMBRO / /2022

ACUSAR RECEBIMENTO

Elisabete Blazutti

Elisabete Blazutti

Secretaria M. de Governo

Tel: 2443-2110 - 2442-4027



Secretaria de Governo
pelo projeto de lei nº 192/2022.
Em 17/11/22


Rafael Santos Couto
Sec. de Turismo e Cultura
Matrícula 11581



Câmara Municipal de Barra do Piraí
Gabinete da Presidência

Lei Municipal nº _____ de _____ de 2022

EMENTA: "INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL EM APOIO E DEFESA DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS DA COVID-19".

A Câmara Municipal de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Representante Legal do Poder Executivo sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Semana Municipal em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19, com início no dia 17 de outubro de cada ano.

§1º - A Semana Municipal em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID-19 tem por objetivo realizar atividades, em todo o Município, anualmente, em torno das políticas públicas necessárias à promoção dos direitos das vítimas da COVID-19, em particular os direitos às políticas públicas de Seguridade Social (Saúde, Assistência e Previdência Social).

§2º - Durante essa semana serão realizadas palestras, debates, campanhas educativas por meios de comunicação e redes sociais e mobilizações com o objetivo de proporcionar uma adequada informação às vítimas da COVID-19, seus familiares e a população em geral sobre as consequências da pandemia do coronavírus.

§3º - A abertura da Semana se dará no Dia Nacional da Vacinação, e entre as suas atividades constarão sempre a educação sanitária para a necessidade e diretrizes da imunização da população contra a COVID-19.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

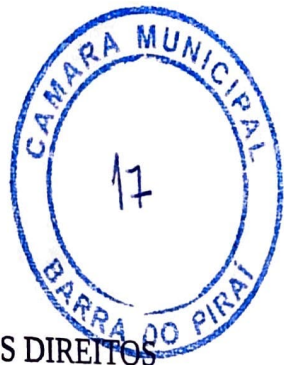
GABINETE DO PRESIDENTE 1º DE NOVEMBRO DE 2022
(APROVADO EM REUNIÃO PLENÁRIA DE 1º/11/2022)


THIAGO FELIPE PONCIANO SOARES
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 192/2022
Autor: Pedro Fernando de Souza Alves



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI



PL. n.º 192/22

Autor: Vereador Pedro Fernando de Souza Alves

Ementa: INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL EM APOIO E DEFESA DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS DA COVID-19

DO RELATÓRIO

Primeiramente, justifico a abertura de vista à esta Procuradoria, nesta data, com respaldo no §4º, art. 55 da Lei Orgânica deste Município.

Trata-se de Veto ao Projeto de Lei em tela, em que o Chefe do Poder Executivo argumenta a inconstitucionalidade formal e material, porquanto, em seu sentir, a iniciativa de o projeto em testilha caberia, única e exclusivamente, a ele, bem como que é defeso ao Poder Legislativo a iniciativa de proposição que acarrete em aumento de despesa ao Executivo.

É a síntese do necessário. Passo a opinar.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Não obstante a brilhante argumentação exposta pelo Chefe de o Poder Executivo Municipal, esta não merece melhor sorte.

Veja-se.

Primeiramente, cabe esclarecer que a presente proposição, ao contrário de o entendimento exposto pelo Excelentíssimo Prefeito, pode ser intentada pelo Poder Legislativo, porquanto, ao meu ver, trata-se de política pública, como assim prevê a alínea “p”, inciso I, art. 13 da LOM, *in verbis*:

Art. 13 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

I - assunto de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual, notadamente no que diz respeito:

p) às políticas públicas do Município;

Ademais, no que concerne a inconstitucionalidade material, atinente a impossibilidade de inauguração de proposição, pelo Poder Legislativo, que acarrete aumento de despesa, também, não merece prosperar.

Explica-se.



18

[ADI 3.394, rel. min. Eros Grau, j. 2-4-2007, R. DJE de 13-8-2008.]

DA CONCLUSÃO

Frisa-se que o parecer desta Procuradoria não exclui ou substitui os emanados pelas Comissões Permanentes, na medida em que estas são compostas por representantes do Povo e constituem-se em manifestação legítima do parlamento. Desta forma, o entendimento jurídico não tem efeito vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos representantes desta Casa.

Luis Henrique Liotti Duarte
Procurador Legislativo